

Springs Global Participações S.A.

Demonstrações Contábeis Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes ao
Trimestre Findo em 31 de Março de 2018 e
Relatório sobre a Revisão de
Demonstrações Contábeis intermediárias

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Springs Global Participações S.A.
Montes Claros - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Springs Global Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas demonstrações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as demonstrações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração das ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 14 de maio de 2018



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Guilherme Jorge Dagli Júnior
Contador
CRC nº 1 SP 223225/O-0

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

A T I V O S

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
CIRCULANTE:					
Caixa e equivalentes de caixa	3	29	103	134.186	155.442
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	56.366	35.163
Instrumentos financeiros	23.d.4	-	-	7.774	-
Duplicatas a receber	5	-	-	513.788	497.647
Estoques	6	-	-	554.924	538.175
Adiantamentos a fornecedores		-	-	38.267	37.159
Impostos a recuperar	18.c	148	148	26.488	28.662
Outros créditos a receber		1.046	1.044	61.015	52.307
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo circulante		1.223	1.295	1.392.808	1.344.555
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Realizável a longo prazo:					
Títulos e valores mobiliários	4	-	-	64.330	63.819
Valores a receber - clientes	7	-	-	34.465	37.388
Valores a receber - venda de imobilizado	8	-	-	55.742	54.587
Partes relacionadas	22	-	-	41.838	39.711
Impostos a recuperar	18.c	-	-	15.618	14.895
Impostos diferidos	18.b	1.905	1.905	89.471	89.357
Imobilizado disponível para venda	11.b	-	-	34.140	33.731
Depósitos judiciais	19	-	-	13.211	13.678
Outros		-	-	32.971	34.568
		-----	-----	-----	-----
		1.905	1.905	381.786	381.734
		-----	-----	-----	-----
Investimentos em controladas	9.a	1.186.354	1.193.335	-	-
Propriedades para investimentos	10	-	-	210.811	211.176
Imobilizado	11.a	-	-	663.749	669.165
Intangível	12	27.303	27.303	115.305	114.788
		-----	-----	-----	-----
Total do ativo não circulante		1.215.562	1.222.543	1.371.651	1.376.863
		-----	-----	-----	-----
Total dos ativos		1.216.785	1.223.838	2.764.459	2.721.418
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
PASSIVOS					
CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	21.890	21.866	358.457	444.861
Debêntures	14	-	-	63.429	11.952
Fornecedores	15	49	4	165.540	163.265
Impostos e taxas		123	120	8.876	13.553
Obrigações sociais e trabalhistas		110	109	61.721	59.691
Concessões governamentais	16	-	-	19.809	19.473
Arrendamentos não recuperáveis	17	-	-	7.236	7.202
Outras contas a pagar		-	-	40.938	42.884
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo circulante		22.172	22.099	726.006	762.881
		-----	-----	-----	-----
NÃO CIRCULANTE:					
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	572.695	582.180
Debêntures	14	-	-	134.984	36.643
Arrendamentos não recuperáveis	17	-	-	13.468	13.816
Partes relacionadas	22	53.162	50.176	1.460	-
Concessões governamentais	16	-	-	42.797	42.784
Provisões diversas	19	-	-	18.448	18.610
Planos de aposentadoria e benefícios	20	-	-	94.175	95.536
Impostos diferidos	18.b	-	-	4.287	4.287
Outras obrigações		2.056	2.056	16.744	15.174
		-----	-----	-----	-----
Total do passivo não circulante		55.218	52.232	899.058	809.030
		-----	-----	-----	-----
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:					
	21				
Capital realizado		1.860.265	1.860.265	1.860.265	1.860.265
Reserva de capital		79.381	79.381	79.381	79.381
Ajustes de avaliação patrimonial		82.450	82.435	82.450	82.435
Ajustes acumulados de conversão		(277.353)	(274.173)	(277.353)	(274.173)
Reservas de lucros		25.170	25.170	25.170	25.170
Prejuízos acumulados		(630.518)	(623.571)	(630.518)	(623.571)
		-----	-----	-----	-----
Total do patrimônio líquido		1.139.395	1.149.507	1.139.395	1.149.507
		-----	-----	-----	-----
Total dos passivos e do patrimônio líquido		1.216.785	1.223.838	2.764.459	2.721.418
		=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	-	-	528.860	516.201
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	25	-	-	(388.825)	(381.091)
LUCRO BRUTO		-	-	140.035	135.110
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:					
De vendas	25	-	-	(68.161)	(66.254)
Gerais e administrativas	25	(827)	(826)	(34.237)	(31.262)
Honorários da administração	25	(315)	(99)	(2.940)	(1.961)
Equivalência patrimonial	9.a	(3.816)	(8.834)	-	-
Outras, líquidas		-	-	772	947
RESULTADO OPERACIONAL		(4.958)	(9.759)	35.469	36.580
Despesas financeiras – juros e encargos		(1.751)	(2.252)	(31.285)	(41.392)
Despesas bancárias, impostos, descontos e outros		(239)	(207)	(13.087)	(15.562)
Receitas financeiras		1	12	4.923	7.728
Variações cambiais líquidas		-	-	(2.327)	972
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		(6.947)	(12.206)	(6.307)	(11.674)
Provisão para imposto de renda e contribuição social:					
Corrente	18.a	-	-	(640)	(348)
Diferido	18.a	-	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(6.947)	(12.206)	(6.947)	(12.022)
ATRIBUÍDO A:					
Participação dos acionistas controladores				(6.947)	(12.206)
Participação dos acionistas não-controladores				-	184
				(6.947)	(12.022)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO — R\$	27	(0,1389)	(0,2441)		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(6.947)	(12.206)	(6.947)	(12.022)
Outros resultados abrangentes:				
- Itens que impactarão o resultado:				
Variação cambial de investimentos no exterior	(3.180)	(1.156)	(3.180)	(1.281)
	-----	-----	-----	-----
- Itens que não impactarão o resultado:				
Ganho atuarial em planos de aposentadoria	15	9	15	9
	-----	-----	-----	-----
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	(10.112)	(13.353)	(10.112)	(13.294)
	=====	=====	=====	=====
ATRIBUÍDO A:				
Participação dos acionistas controladores			(10.112)	(13.353)
Participação dos acionistas não-controladores			-	59
			-----	-----
			(10.112)	(13.294)
			=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
						Legal	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.860.265	79.381	(36.664)	(271.090)	1.842	23.328	(633.926)	1.023.136	4.668	1.027.804
Resultado abrangente:											
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	-	(12.206)	(12.206)	184	(12.022)
Varição cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(1.418)	-	-	-	(1.418)	(125)	(1.543)
Ganho atuarial em planos de aposentadoria Reflexo de controladas-		-	-	9	-	-	-	-	9	-	9
Varição cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	262	-	-	-	262	-	262
Total do resultado abrangente		-	-	9	(1.156)	-	-	(12.206)	(13.353)	59	(13.294)
Transações com ações de controlada indireta		-	-	-	-	-	-	(2.161)	(2.161)	(1.263)	(3.424)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2017		1.860.265	79.381	(36.655)	(272.246)	1.842	23.328	(648.293)	1.007.622	3.464	1.011.086

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital realizado	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
						Legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.860.265	79.381	82.435	(274.173)	1.842	23.328	(623.571)	1.149.507
Resultado abrangente:									
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	-	(6.947)	(6.947)
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(372)	-	-	-	(372)
Ganho atuarial em planos de aposentadoria		-	-	15	-	-	-	-	15
Reflexo de controladas-									
Variação cambial de investimentos no exterior	2.1.b	-	-	-	(2.808)	-	-	-	(2.808)
Total do resultado abrangente		-	-	15	(3.180)	-	-	(6.947)	(10.112)
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018		1.860.265	79.381	82.450	(277.353)	1.842	23.328	(630.518)	1.139.395

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(6.947)	(12.206)	(6.947)	(12.022)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	-	-	18.161	18.442
Equivalência patrimonial	3.816	8.834	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	640	348
Resultado na alienação do ativo imobilizado	-	-	(1.891)	(5.131)
Ganho com instrumento financeiro, líquido	-	-	(7.774)	-
Variações monetárias	-	(7)	1.473	(3.060)
Variações cambiais	-	-	2.361	(972)
Juros, encargos e comissões	1.990	2.454	34.827	47.184
Outras provisões	-	-	(127)	-
	<u>(1.141)</u>	<u>(925)</u>	<u>40.723</u>	<u>44.789</u>
Variações nas contas de ativos e passivos				
Títulos e valores mobiliários	-	-	(3.417)	1.747
Duplicatas a receber	-	-	(16.628)	(5.951)
Estoques	-	-	(20.155)	11.994
Adiantamentos a fornecedores	-	-	(1.176)	(1.691)
Fornecedores	45	(75)	2.186	(18.884)
Impostos e taxas	-	-	(5.145)	1.477
Outros	(213)	19	(11.489)	1.728
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(1.309)</u>	<u>(981)</u>	<u>(15.101)</u>	<u>35.209</u>
Juros pagos sobre empréstimos	-	-	(22.061)	(26.575)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(703)	(2.173)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais após juros e impostos	<u>(1.309)</u>	<u>(981)</u>	<u>(37.865)</u>	<u>6.461</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimentos permanentes	-	-	(107)	(3.909)
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(13.790)	(8.591)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(2.076)	(2)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	2.451	10.159
Empréstimos entre partes relacionadas	1.235	18.821	(24.024)	(4.400)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>1.235</u>	<u>18.821</u>	<u>(37.546)</u>	<u>(6.743)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Ingresso de novos empréstimos	-	-	267.263	262.297
Liquidação de empréstimos	-	(18.053)	(212.168)	(295.738)
	-----	-----	-----	-----
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	-	(18.053)	55.095	(33.441)
	-----	-----	-----	-----
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controladas no exterior	-	-	(940)	(2.289)
	-----	-----	-----	-----
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa	(74)	(213)	(21.256)	(36.012)
	-----	-----	-----	-----
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do período	103	268	155.442	160.360
No fim do período	29	55	134.186	124.348
	-----	-----	-----	-----
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa	(74)	(213)	(21.256)	(36.012)
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	595.050	587.863
Resultado na alienação do ativo imobilizado	-	-	1.769	5.131
	-----	-----	-----	-----
	-	-	596.819	592.994
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(269.237)	(271.950)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.058)	(956)	(98.755)	(89.508)
	-----	-----	-----	-----
	(1.058)	(956)	(367.992)	(361.458)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(1.058)	(956)	228.827	231.536
RETENÇÕES				
Depreciação e amortização	-	-	(18.161)	(18.442)
	-----	-----	-----	-----
	-	-	(18.161)	(18.442)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(1.058)	(956)	210.666	213.094
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA				
Equivalência patrimonial	(3.816)	(8.834)	-	-
Receitas financeiras	1	12	4.923	7.728
Variação cambial ativa	-	-	4.729	(2.651)
Royalties	-	-	4.697	3.827
	-----	-----	-----	-----
	(3.815)	(8.822)	14.349	8.904
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (RETER)	(4.873)	(9.778)	225.015	221.998
	=====	=====	=====	=====
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Remuneração do trabalho	-	-	112.126	108.473
Impostos, taxas e contribuições	323	176	51.566	57.111
Remuneração de capitais de terceiros	1.751	2.252	68.270	68.436
Prejuízo do período	(6.947)	(12.206)	(6.947)	(12.022)
	-----	-----	-----	-----
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO (RETIDO)	(4.873)	(9.778)	225.015	221.998
	=====	=====	=====	=====

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Springs Global Participações S.A. (“Companhia”), que é domiciliada em Montes Claros - MG, foi constituída em 24 de novembro de 2005 e, em 24 de janeiro de 2006, recebeu, como contribuição de capital, 100% das ações da Coteminas S.A. (“CSA”) e da Springs Global US, Inc. (“SGUS”), empresas privadas sediadas no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, e que tinham como acionistas a Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas (“CTNM”) e ex-acionistas da Springs Industries, Inc. (“SI”), respectivamente. Em 30 de abril de 2009, a Companhia adquiriu participação na empresa Springs e Rossini Participações S.A. (“SRPSA”), controladora da MMartan Têxtil Ltda (“MMartan”).

A partir de 27 de julho de 2007, as ações da Companhia passaram a ser negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código de negociação “SGPS3”.

A Companhia controla a CSA e a SGUS, companhias que concentram suas atividades industriais na área de artigos de cama e banho, anteriormente desenvolvidas pela CTNM e pela SI. Essa associação criou um complexo operacional de produtos têxteis de cama e banho, com unidades de produção no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos.

A Companhia também conta com marcas líderes nos seus mercados, tais como MMartan, Casas Moisés, Artex, Santista, Paládio, Calfat, Garcia, Arco Íris, Magicolor, entre outras. A Companhia ocupa posição privilegiada, através de suas marcas e seus produtos, nas prateleiras dos mais exigentes e maiores varejistas do mundo.

Os produtos são comercializados nos Estados Unidos e Canadá pela Springs Global US, Inc. através de sua extensa rede de distribuição e proximidade comercial com os maiores varejistas daqueles mercados. No Brasil e na Argentina, os produtos são comercializados pela Coteminas S.A. e sua controlada Coteminas Argentina S.A.

Em abril de 2009, a Companhia iniciou as atividades de varejo de cama, mesa e banho, operando sob a marca MMartan e posteriormente, em outubro de 2011, com a marca Artex. As operações de varejo com essas duas bandeiras são operadas pela controlada AMMO Varejo Ltda. (“AMMO”).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As demonstrações contábeis intermediárias foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 14 de maio de 2018.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis intermediárias individuais (“Controladora”) e consolidadas (“Consolidado”), elaboradas, simultaneamente, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34

- “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicadas às informações trimestrais - ITR.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que estavam em vigor em 31 de março de 2018. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem com as utilizadas pela administração da Companhia em sua gestão.

2.1 – Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis intermediárias de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido.

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

b) Conversão dos saldos

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i) os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela taxa mensal do câmbio; e
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajuste acumulado de conversão” e são apresentadas como outros resultados abrangentes na demonstração do resultado abrangente.

2.2 – Práticas contábeis

Os principais critérios adotados na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias são como segue:

(a) Apuração do resultado--O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros como receitas e despesas financeiras no resultado. Os ganhos e perdas extraordinários e as transações e provisões que envolvem ativos permanentes são registradas em lucros e perdas como “Outras, líquidas”.

(b) Instrumentos financeiros--A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado (“FVTPL”), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”) e ao custo amortizado.

i) Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais do instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

iii) Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

iv) Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

(c) Redução ao valor recuperável de Instrumentos financeiros--Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(d) Caixa e equivalentes de caixa--Incluem saldos em caixa, depósitos bancários à vista, numerários em trânsito e as aplicações financeiras. Possuem vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixados para resgate) com liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros não derivativos mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(e) Títulos e valores mobiliários--Representados por aplicações financeiras de liquidez imediata e com vencimento superior a 90 dias e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os títulos e valores mobiliários referentes à fundos de investimento em instrumentos patrimoniais são classificados como ativos financeiros, não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultados. Todos os demais títulos e valores mobiliários são classificados como ativos financeiros não derivativos, mensurados ao custo amortizado e seus rendimentos são registrados no resultado do período.

(f) Duplicatas a receber de clientes e provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa--As duplicatas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A companhia adotou a mensuração da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base em toda a vida dos instrumentos, utilizando a abordagem simplificada, considerando o histórico de movimentações e perdas históricas. Como regra geral, os títulos vencidos a 180 dias representam um relevante indicativo de perda esperada, e são avaliados individualmente.

(g) Estoques--São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção que são inferiores aos valores de realização líquida e estão demonstrados líquidos da provisão para perdas com itens descontinuados e/ou obsoletos. Os valores de realização líquida são os preços estimados de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão de fabricação e despesas de vendas diretamente relacionadas.

(h) Imobilizado disponível para venda--Referem-se substancialmente a máquinas e equipamentos fora de uso. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de vendas, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

(i) Investimentos--Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado pelas respectivas controladas na mesma data-base da controladora. O valor do patrimônio líquido de controladas sediadas no exterior é convertido para Reais com base na taxa corrente de sua moeda funcional e a variação cambial apurada é registrada na conta de "Ajuste acumulado de conversão" no patrimônio líquido e também apresentado como outros resultados abrangentes.

(j) Combinação de negócios--O custo da entidade adquirida é alocado aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença, entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, é registrada como ágio.

(k) Gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos--São reconhecidos como despesas quando incorridos, exceto quando atendem os critérios para capitalização.

(l) Arrendamento mercantil--Os arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente durante o prazo do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa do padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os aluguéis contingentes, tanto para os arrendamentos financeiros como para os operacionais, são reconhecidos no resultado quando incorridos. A controlada SGUS constitui provisão para custos de arrendamento não recuperáveis, que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de unidades arrendadas), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas.

(m) Propriedades para investimentos--São propriedades mantidas para obter renda ou valorização do capital. São registradas inicialmente ao custo e inclui os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor justo em contrapartida de resultados abrangentes e, a partir de então, são avaliadas anualmente, ou sempre que as circunstâncias indicarem que seu valor contábil não seja recuperável e as variações decorrentes desta avaliação, quando existentes, são reconhecidas no resultado do período.

(n) Imobilizado--Registrado pelo custo de aquisição ou construção. As depreciações são computadas pelo método linear com base nas taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados para resultado quando incorridos.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

	Vida útil
Edifícios	40 anos
Instalações	15 anos
Equipamentos	15 anos
UHE Porto Estrela	35 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Computadores e periféricos	5 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela Administração da Companhia pelo menos ao final de cada período.

(o) Intangível--Refere-se a marcas adquiridas, pontos comerciais, propriedade intelectual e ágios decorrentes da aquisição de empresas. Os ativos intangíveis com

vida útil definida são amortizados linearmente durante o período de vida útil estimado. Os ativos intangíveis cuja vida útil não se pode determinar são avaliados pelo seu valor recuperável anualmente ou na ocorrência de fato que justifique sua avaliação.

(p) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros--Os bens do imobilizado, os intangíveis e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente ou sempre que as circunstâncias indicarem que o valor contábil talvez não seja recuperável. Na ocorrência de uma perda decorrente desta avaliação a mesma será reconhecida ao resultado do período. As perdas com o ativo imobilizado reconhecidas em outros períodos poderão ser revertidas sempre que houver uma avaliação ou evidência confiável de que o valor do ativo tenha se recuperado. A reversão é reconhecida no resultado do período e não ultrapassa o valor reconhecido anteriormente como provável perda.

(q) Imposto de renda e contribuição social--A provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de aproximadamente 34% sobre o resultado tributável e registrada líquida da parcela relativa à redução do imposto de renda. O saldo da provisão no passivo é demonstrado líquido das antecipações efetuadas no período, se aplicável. Para as controladas sediadas no exterior, a alíquota de imposto varia de 24% a 35%, de acordo com a legislação vigente em cada país.

(r) Imposto de renda e contribuição social diferidos--São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos do prejuízo fiscal e das diferenças temporárias decorrentes de provisões registradas contabilmente, que, de acordo com as regras fiscais existentes, serão dedutíveis ou tributáveis somente quando realizadas. Somente é reconhecido um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos quando há expectativa de lucro tributável futuro.

(s) Provisões diversas--São constituídas em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas. Os depósitos judiciais relativos às provisões estão apresentados no ativo não circulante.

(t) Planos de aposentadoria complementar--Os custos associados aos planos são reconhecidos pelo regime de competência com base em cálculos atuariais. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(u) Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação--O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação para presumir a conversão de ações potenciais a serem emitidas. A Companhia não apurou potencial de emissão de novas ações e, portanto, de diluição do lucro (prejuízo) por ação.

(v) Atualizações monetárias e cambiais--Os ativos e passivos sujeitos a atualizações monetárias ou cambiais estão atualizados monetariamente até a data do balanço, de acordo com as taxas publicadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN ou pelos índices contratualmente estipulados. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período, exceto pelos ganhos e perdas cambiais sobre os investimentos em subsidiária no exterior, os quais são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão".

(w) Reconhecimento de receita--A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfeita, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle: (i) a Companhia possui um direito presente de pagamento pelo ativo; (ii) o cliente possui a titularidade legal do ativo; (iii) a Companhia transferiu a posse física do ativo; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo; e (v) o cliente aceitou o ativo.

(x) Demonstrações do Valor Adicionado (“DVA”)--Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. São apresentadas pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas das IFRS. As DVAs foram preparadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias.

(y) Acionista controlador e não controlador--Nas demonstrações contábeis intermediárias, “acionista controlador” representa todos os acionistas da Companhia e “não-controlador” representa a participação dos acionistas minoritários das controladas da Companhia.

2.3 – Uso de estimativas

Na elaboração das demonstrações contábeis intermediárias foram utilizadas estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações contábeis intermediárias incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à seleção da vida útil do ativo imobilizado, estimativa do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos), determinação do valor justo de propriedades para investimento, estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos e escolha da tabela de mortalidade e expectativa de aumento dos salários aplicados aos cálculos atuariais. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas.

2.4 – Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as demonstrações contábeis intermediárias da controladora e de suas controladas CSA, AMMO e SGUS, das quais possui direta e indiretamente 100% do capital social.

A controlada CSA, controladora da Coteminas Argentina S.A., da LAT Capital Ltd. e da C7S Tecnologia Ltda., das quais possui 100% do capital social, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

A controlada SGUS, controladora de: (i) Warbird Corporation (Delaware, EUA); (ii) Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México); (iii) Casa Springs S.A. de C.V. (México); (iv) Springmaid

International, Inc. (Índia); (v) Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA); (vi) Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá); (vii) Springs Brands, LLC (Delaware, EUA); (viii) Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman); (ix) Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) todas com participação de 100,0%, foi incluída no processo de consolidação a partir de suas demonstrações contábeis intermediárias já consolidadas.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultados corresponde à soma dos saldos das contas do ativo, passivo, receitas e despesas, segundo suas respectivas naturezas, complementado com a eliminação dos investimentos nas empresas controladas, dos lucros ou prejuízos não realizados e dos saldos das contas entre as empresas incluídas na consolidação.

O efeito da variação cambial sobre os investimentos no exterior está destacado na demonstração das mutações do patrimônio líquido na rubrica "Ajuste acumulado de conversão". As práticas contábeis das controladas sediadas no exterior foram ajustadas para as mesmas práticas contábeis da controladora. Foi destacada, do patrimônio líquido e do resultado, a participação dos acionistas não-controladores.

As demonstrações contábeis intermediárias das empresas controladas sediadas no exterior foram convertidas para Reais, com base na taxa corrente do Dólar vigente em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, para as contas do balanço patrimonial e pela taxa média mensal para as contas de resultado conforme segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>Variação</u>
Taxa fechamento:			
31 de dezembro	-	3,3080	-
31 de março	3,3238	3,1684	4,9%
Taxa média:			
31 de março (3 meses)	3,2437	3,1316	3,6%

2.5 – Novas IFRS, revisões das IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro do IASB).

- a) Os pronunciamentos contábeis do IASB abaixo listados foram publicados e/ou revisados e entraram em vigor para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com cliente

A Companhia não identificou impactos relevantes nas demonstrações contábeis intermediárias em adequação ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, uma vez que a receita já era reconhecida quando do cumprimento da obrigação de desempenho.

CPC 48 (IFRS 9) - "Instrumentos Financeiros"

A Companhia adotou a norma a partir de 1º de Janeiro de 2018 e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações contábeis intermediárias da Companhia, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco de impairment, ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicada somente a classificação dos ativos financeiros nas categorias previstas.

- b) Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2018. Todavia, não foi permitida a adoção antecipada dessas normas, interpretações e alterações de normas:

CPC 06 R2 (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil

Em janeiro de 2016 o IASB emitiu a IFRS 16 – Leasing, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. O correspondente Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil foi emitido em 21 de dezembro de 2017. A revisão desse pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

O novo pronunciamento introduz um modelo único para contabilização de contratos de arrendamento mercantil, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros, resultando na contabilização da maioria dos contratos de arrendamento nos balanços das arrendatárias. A contabilidade dos arrendadores permanece substancialmente inalterada e a distinção entre contratos de arrendamento operacional e financeiro é mantida. A norma IFRS 16 substitui a norma IAS 17 e suas interpretações.

CPC 32 (IFRIC 23) - Incerteza sobre o tratamento de impostos sobre o lucro

Em junho de 2017 o IASB emitiu a IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments, com o objetivo de clarificar a contabilização quando há incertezas dos impostos sobre o lucro regulamentados pelo IAS 12 - Income Taxes, sendo o correspondente pronunciamento técnico o CPC 32. Este pronunciamento contábil terá vigência para exercícios sociais que se iniciarem a partir de 1º de janeiro de 2019.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Operações compromissadas (*)	-	-	86.393	84.726
Cambiais no exterior (US\$)	-	-	-	3.437
Depósitos no exterior	-	-	45.722	65.897
Depósitos em contas correntes	29	103	2.071	1.382
	-----	-----	-----	-----
	29	103	134.186	155.442
	=====	=====	=====	=====

(*) Os rendimentos das aplicações financeiras variam de 90% a 100% das taxas que remuneram os Certificados de Depósitos Bancários – CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Renda fixa no exterior	16.975	16.969
Fundos de investimentos no exterior	38.778	17.585
Depósitos vinculados (US\$) (2)	64.330	63.819
Depósito restrito (1)	613	609
	-----	-----
	120.696	98.982
Circulante	(56.366)	(35.163)
	-----	-----
Não circulante	64.330	63.819
	=====	=====

(1) Em 31 de março de 2018, a controlada SGUS possuía depósitos restritos em instituições financeiras no valor total US\$184 mil (US\$184 mil em 31 de dezembro de 2017) na condição de “Compensating balance arrangement”.

(2) Refere-se a depósito mantido no exterior, vinculado ao empréstimo tomado junto ao Santander S.A. O rendimento é de 1,3% a.a. e o prazo para resgate coincide com os prazos do referido empréstimo (vide nota 13.a às demonstrações contábeis intermediárias).

5. DUPLICATAS A RECEBER

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Clientes no mercado interno	378.228	392.626
Clientes no mercado externo	129.551	118.944
Operadoras de cartão de crédito	6.279	4.771
Partes relacionadas – mercado interno	24.094	5.622
Partes relacionadas – mercado externo	1.425	1.476
	-----	-----
	539.577	523.439
Provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(25.789)	(25.792)
	-----	-----
	513.788	497.647
	=====	=====

As duplicatas a receber de clientes são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de recebimento é de aproximadamente 78 dias (71 dias em 31 de dezembro de 2017). Os valores vencidos não são significativos e o saldo da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa é considerado pela Administração suficiente para cobrir as perdas esperadas com esses títulos.

A Administração da Companhia considera que o risco relativo às duplicatas a receber de clientes é minimizado pelo fato da composição da carteira de clientes da companhia ser diluída. A

Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de março de 2018 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

A composição das contas a receber consolidada por idade de vencimento foi apresentada nas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Não houve mudança significativa na composição das contas a receber por idade de vencimento durante o trimestre findo em 31 de março de 2018.

A movimentação da provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa consolidada é como segue:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Saldo no início do período	(25.792)	(21.118)
Adições	(47)	(5.485)
Baixas	-	868
Variação cambial	50	(57)
	-----	-----
Saldo no final do período	<u>(25.789)</u>	<u>(25.792)</u>
	=====	=====

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Matéria-prima e secundários	100.170	98.863
Produtos em elaboração	144.090	144.227
Produtos acabados	272.836	256.116
Peças de reposição	37.828	38.969
	-----	-----
	<u>554.924</u>	<u>538.175</u>
	=====	=====

Os estoques estão demonstrados líquidos dos saldos das provisões para perdas que, na avaliação da Administração, são consideradas suficientes para cobrir perdas na realização com estoques descontinuados e/ou obsoletos. A movimentação da provisão é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	(Adições) baixas	Variação cambial	<u>31.03.2018</u>
Matéria-prima e secundários	(544)	-	-	(544)
Produtos acabados	(3.837)	(2.013)	(68)	(5.918)
Peças de reposição	(2.614)	-	61	(2.553)
	-----	-----	-----	-----
	<u>(6.995)</u>	<u>(2.013)</u>	<u>(7)</u>	<u>(9.015)</u>
	=====	=====	=====	=====

	31.12.2016	(Adições) baixas	Variação cambial	31.03.2017
Matéria-prima e secundários	(1.246)	-	-	(1.246)
Produtos acabados	(9.194)	2.556	256	(6.382)
Peças de reposição	(2.994)	-	-	(2.994)
	-----	-----	-----	-----
	(13.434)	2.556	256	(10.622)
	=====	=====	=====	=====

7. VALORES A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora e consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Cientes em recuperação extra judicial (a)	16.808	17.500
Cientes em recuperação judicial (b)	2.093	2.091
Parcelamento de acordo com clientes (c)	159	211
Cientes em recuperação judicial (d)	1.529	1.549
Venda de imóvel (e)	16.295	17.480
Financiamento no repasse de lojas (f)	8.604	9.671
Alugueis a receber	127	143
	-----	-----
	45.615	48.645
Circulante (*)	(11.150)	(11.257)
	-----	-----
Não circulante	34.465	37.388
	=====	=====

(*) Incluída na rubrica de “Outros créditos a receber” no ativo circulante.

(a) Pagamento em 69 parcelas mensais iguais com incidência de taxa equivalente a 80% do índice dos certificados de depósitos interbancários – CDI.

(b) Pagamento em 20 parcelas semestrais com carência de 42 meses para início de pagamento em março de 2020, com juros de 0,5% a.a. mais taxa referencial – TR.

(c) Pagamento em 16 parcelas mensais iguais.

(d) Pagamento em 11 parcelas anuais crescentes com correção de 2% a 3% ao ano.

(e) Pagamento em 55 parcelas mensais com juros de 0,5% ao mês.

(f) Financiamento de repasses de lojas para franqueados, para pagamento em parcelas mensais iguais atualizadas pela variação do índice geral de preços do mercado – IGP-M.

8. VALORES A RECEBER – VENDA DE IMOBILIZADO

Em maio de 2015, a controlada CSA vendeu imóvel localizado na cidade de Montes Claros – MG, à prefeitura daquela cidade, pelo valor de R\$48.000 à prazo, a ser recebido em 12 parcelas de R\$1.000 cada, mais 24 parcelas de R\$1.500 cada, corrigidas pelo IGP-M desde a assinatura do contrato e com carência de 12 meses para o início dos pagamentos. Tal contrato, em que da matrícula de transferência do imóvel consta cláusula pró-solvendo, foi firmado com o Poder Executivo Municipal após autorização expressa do Poder Legislativo daquele Município. O Poder Executivo entrou na posse do imóvel e iniciou as obras de “retrofit”. A controlada CSA possui garantia sobre as parcelas a receber, por vínculo das receitas e quotas do Fundo de Participação do Município – FPM.

Em janeiro de 2017, o Poder Executivo do município de Montes Claros, recém empossado, constituiu grupo de trabalho para reavaliar os benefícios econômicos e qualitativos do projeto, para juntos estabelecermos uma nova condição de pagamento do contrato, à luz da atual situação financeira do município.

Em 27 de outubro de 2017, a Prefeitura de Montes Claros e a controlada CSA assinaram protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar a implantação do complexo da nova Prefeitura Municipal que irá abrigar o governo e as principais secretarias num único conjunto arquitetônico situado no imóvel da primeira fábrica da CSA em Montes Claros. Os principais pontos do protocolo são: i) entrega de imóveis da Prefeitura, previamente selecionados, para pagamento dos recebíveis da CSA, os quais serão objeto de avaliação independente (estimado em 77% do valor total a ser recebido) mais a compensação de impostos municipais correntes e futuros (estimados em 23% do valor total a ser recebido) e ii) implantação pela CSA da primeira etapa de adequação do complexo em até 7 meses após a assinatura do contrato, com investimentos feitos pela CSA no valor de aproximadamente R\$10.477 que se incorporarão aos valores a serem pagos pela Prefeitura à CSA. A ratificação do protocolo deverá ser objeto de projeto de lei municipal a ser encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara.

A administração da CSA, baseada no parecer de seus advogados, no protocolo de intenções e em recente atualização do valor de mercado do imóvel, concluiu que atualmente não há expectativas de perdas com esse recebível.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Investimentos diretos:

Controladas	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial (controladora)	
				31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.03.2017
SGUS	159.307	100,0	9.619	159.307	150.045	9.619	15.839
CSA	996.793	100,0	(8.262)	996.793	1.007.863	(8.262)	(19.882)
AMMO	30.254	100,0	(5.173)	30.254	35.427	(5.173)	(4.791)
				-----	-----	-----	-----
				1.186.354	1.193.335	(3.816)	(8.834)
				=====	=====	=====	=====

b) Investimentos indiretos:

Investimentos da SGUS

	Patrimônio líquido	Participação-%	Total do investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
			31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.03.2017
Warbird Corporation (Delaware, EUA)	(32)	100,0	(32)	(31)	(1)	(16)
Springs Home Textiles Reynosa, S.A. de C.V. (México) (1)	1.776	100,0	1.776	1.760	(3)	(4)
Casa Springs S.A. de C.V. (México) (1)	1.586	100,0	1.586	1.820	-	(2)
Springmaid International, Inc. (Índia)	130	100,0	130	135	-	-
Springs Canada, Inc. (Ontário, Canadá) (2)	51.225	100,0	51.225	51.669	1.278	691
Springs Brands, LLC (Delaware, EUA) (2), (3)	-	100,0	-	-	-	476
Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman) (2)	3.676	100,0	3.676	3.663	-	(6)
Springs Shanghai Trading Co., Ltd. (China) (4)	(1.152)	100,0	(1.152)	(661)	(479)	(325)

(1) Companhias subsidiárias integrais da Warbird Corporation (Delaware, EUA).

(2) Companhias subsidiárias integrais da SGUS. Anteriormente, essas companhias eram subsidiárias integrais da Springs Canada Holdings, LLC (Delaware, EUA), a qual foi incorporada, em 30 de dezembro de 2017.

(3) Em 31 de dezembro de 2017, a Springs Brands foi incorporada pela SGUS.

(4) Companhia subsidiária integral da Springs Cayman Holding Ltd. (Ilhas Caiman).

Investimentos da CSA

	Patrimônio líquido	Participação - %	Resultado do período	Total dos investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
				31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.03.2017
Controladas -							
Coteminas Argentina S.A. (2)	48.766	100,00	(6.485)	48.766	45.162	(6.485)	475
LAT Capital Ltd.	2.905	100,00	(373)	2.905	3.235	(373)	1.333
C7S Tecnologia Ltda. (1)	3.080	100,00	(60)	3.080	3.140	(60)	-
				54.751	51.537	(6.918)	1.808
				=====	=====	=====	=====

(1) A C7S Tecnologia Ltda., é controlada da Companhia e possui sede em Blumenau – SC. Tem como objetivo o desenvolvimento de sistemas e de promoção de vendas pela internet diretamente ao consumidor. Em 2017, a controlada estava em pré-operação e iniciou suas atividades a partir de fevereiro de 2018.

(2) Em 7 de março de 2018, a CSA subscreveu e integralizou capital na controlada no valor de R\$12.939 (US\$4.000 mil).

10. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada CSA consolidou e deu início à implantação de projeto de locação segmentada de sua unidade fabril localizada em São Gonçalo do Amarante – RN, que foi desativada anteriormente. Como forma de implantação do projeto, ao longo do exercício de 2017 a Companhia preparou e desocupou a área destinada à locação e já iniciou contratos de arrendamentos com grandes varejistas. Trata-se de um complexo de 247,3 mil m² onde 50,0 mil m² já foram arrendados e alguns outros contratos de arrendamento estão em andamento.

Com a destinação do imóvel para atividade de arrendamento e com retorno específico, diverso das operações têxteis da controlada CSA, foram transferidos os valores residuais do imóvel e suas instalações, antes registrados como imobilizado a custo, para a rubrica de propriedades para investimentos. A movimentação de propriedades para investimentos, é como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Outros</u>	<u>31.03.2018</u>
Custo residual do imóvel:				
Total do custo residual	43.722	98	(463)	43.357
Mais valia apurada (*)	167.454	-	-	167.454
	-----	-----	-----	-----
	211.176	98	(463)	210.811
	=====	=====	=====	=====

(*) Registrado em ajustes de avaliação patrimonial, líquido do imposto diferido passivo no valor de R\$56.934. Vide nota explicativa nº 18.c às demonstrações contábeis intermediárias.

As receitas de arrendamento no primeiro trimestre de 2018 somaram R\$430 e estão classificadas na demonstração do resultado na rubrica de "Outras, líquidas".

11. IMOBILIZADO E IMOBILIZADO DISPONÍVEL PARA VENDA

a. Imobilizado

	Taxa (*) %	Consolidado			31.12.2017
		31.03.2018		Líquido	
		Custo	Depreciação acumulada		
Terrenos e benfeitorias	3,4	30.150	(10.549)	19.601	20.182
Edifícios	2,7	361.539	(149.529)	212.010	213.222
Instalações	6,5	198.174	(141.169)	57.005	58.447
Máquinas e equipamentos	6,2	1.147.283	(852.720)	294.563	305.318
UHE - Porto Estrela (**)	3,8	37.587	(16.949)	20.638	20.997
Móveis e utensílios	8,3	44.715	(32.899)	11.816	12.129
Veículos	20,0	12.366	(11.000)	1.366	1.542
Computadores e periféricos	15,4	54.976	(51.130)	3.846	3.816
Obras em andamento	-	37.342	-	37.342	27.644
Outros	10,0	145.214	(139.652)	5.562	5.868
		-----	-----	-----	-----
		2.069.346	(1.405.597)	663.749	669.165
		=====	=====	=====	=====

(*) Taxa média ponderada anual de depreciação.

(**) Vide nota explicativa nº 16 às demonstrações contábeis intermediárias.

Tendo em vista sua rentabilidade operacional e geração de caixa, a Companhia e suas controladas não encontraram indícios de deterioração ou de não recuperação dos saldos mantidos como imobilizado.

A movimentação dos saldos de ativos imobilizados consolidados é conforme segue:

Custo:

	31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências entre contas e para o disponível para vendas	Varição cambial	31.03.2018
Terrenos e benfeitorias	30.380	-	(4)	-	(226)	30.150
Edifícios	360.643	1.047	-	-	(151)	361.539
Instalações	198.633	204	(920)	623	(366)	198.174
Máquinas e equipamentos	1.148.007	1.339	(466)	(600)	(997)	1.147.283
UHE - Porto Estrela	37.587	-	-	-	-	37.587
Móveis e utensílios	44.525	133	(6)	60	3	44.715
Veículos	13.333	9	(1.055)	78	1	12.366
Computadores e periféricos	54.740	413	(222)	11	34	54.976
Obras em andamento	27.644	10.645	(501)	(178)	(268)	37.342
Outros	144.610	-	-	-	604	145.214
	2.060.102	13.790	(3.174)	(6)	(1.366)	2.069.346

Depreciação acumulada:

	31.12.2017	Adições	Baixas	Transferências entre contas e para o disponível para vendas	Varição cambial	31.03.2018
Terrenos e benfeitorias	(10.198)	(351)	-	-	-	(10.549)
Edifícios	(147.421)	(2.128)	-	-	20	(149.529)
Instalações	(140.186)	(1.988)	881	(57)	181	(141.169)
Máquinas e equipamentos	(842.689)	(11.081)	357	58	635	(852.720)
UHE - Porto Estrela	(16.590)	(359)	-	-	-	(16.949)
Móveis e utensílios	(32.396)	(495)	6	-	(14)	(32.899)
Veículos	(11.791)	(173)	968	-	(4)	(11.000)
Computadores e periféricos	(50.924)	(380)	216	(1)	(41)	(51.130)
Outros	(138.742)	(307)	-	-	(603)	(139.652)
	(1.390.937)	(17.262)	2.428	-	174	(1.405.597)

Custo:

	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	31.03.2017
Terrenos e benfeitorias	36.333	72	(1.751)	-	(31)	34.623
Edifícios	424.331	2	(32.183)	368	(1.096)	391.422
Instalações	228.648	16	(31)	2.023	22	230.678
Máquinas e equipamentos	1.118.476	1.572	(2.043)	13.812	(1.944)	1.129.873
UHE - Porto Estrela	37.584	1	-	-	-	37.585
Móveis e utensílios	44.315	138	(416)	948	(273)	44.712
Veículos	16.690	172	-	-	(140)	16.722
Computadores e periféricos	56.409	368	(499)	34	(1.023)	55.289
Obras em andamento	56.392	6.232	(945)	(17.185)	(4)	44.490
Outros	142.605	18	-	-	(3.602)	139.021
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	2.161.783	8.591	(37.868)	-	(8.091)	2.124.415
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

Depreciação acumulada:

	31.12.2016	Adições	Baixas	Transferências	Variação cambial	31.03.2017
Terrenos e benfeitorias	(9.130)	(471)	516	-	6	(9.079)
Edifícios	(183.804)	(2.288)	27.694	-	775	(157.623)
Instalações	(153.103)	(2.150)	10	8	(13)	(155.248)
Máquinas e equipamentos	(816.934)	(11.519)	128	7	1.905	(826.413)
UHE - Porto Estrela	(15.156)	(358)	-	-	-	(15.514)
Móveis e utensílios	(31.355)	(530)	114	(15)	246	(31.540)
Veículos	(14.899)	(193)	-	-	137	(14.955)
Computadores e periféricos	(52.543)	(365)	98	-	1.004	(51.806)
Outros	(135.593)	(320)	-	-	3.601	(132.312)
	-----	-----	-----	-----	-----	-----
	(1.412.517)	(18.194)	28.560	-	7.661	(1.394.490)
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

b. Imobilizado disponível para venda

As subsidiárias da Companhia identificaram ativos que foram retirados das operações e segregados para venda. Esses ativos são formados basicamente pela atualização, no curso normal de suas operações, do parque industrial da subsidiária brasileira e por máquinas e equipamentos das unidades fabris da subsidiária americana que tiveram suas operações encerradas. Adicionalmente, os equipamentos disponibilizados para venda decorrentes da readequação das capacidades produtivas também foram incluídos nesta rubrica. Esses ativos foram avaliados pelo menor valor entre seu registro contábil e seu valor de mercado, resultando no reconhecimento de perdas prováveis em sua realização (redução ao valor recuperável).

Como resultado dessa análise, o valor recuperável de R\$34.140 (R\$33.731 em 31 de dezembro de 2017) foi apresentado como "Imobilizado disponível para venda" no ativo não circulante.

A movimentação do imobilizado disponível para venda foi como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>31.03.2018</u>
Custo	385.546	-	(362)	1.750	386.934
Depreciação	(324.971)	(279)	294	(1.489)	(326.445)
Provisão para perda	(26.844)	-	614	(119)	(26.349)
	-----	-----	-----	-----	-----
	33.731	(279)	546	142	34.140
	=====	=====	=====	=====	=====

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>31.03.2017</u>
Custo	448.763	440	(6)	(11.214)	437.983
Depreciação	(357.329)	(248)	6	8.903	(348.668)
Provisão para perda	(42.199)	-	-	1.031	(41.168)
	-----	-----	-----	-----	-----
	49.235	192	-	(1.280)	48.147
	=====	=====	=====	=====	=====

12. INTANGÍVEL

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	37.773	37.748
Ágio na aquisição da AMMO (controladora)	27.303	27.303
Marcas – próprias	16.344	16.339
Marcas – licença de uso (*)	8.358	9.157
Propriedade intelectual	2.982	3.139
Pontos comerciais (luvas)	22.545	21.102
	-----	-----
Total	115.305	114.788
	=====	=====

(*) Marcas - licença de uso: Representa o licenciamento do uso da marca “Santista” na Argentina e é amortizado pelo prazo do contrato em 15 anos.

Anualmente a Companhia avalia a recuperabilidade dos ágios decorrentes de investimentos em outras empresas, realizados pela Companhia ou por suas controladas, utilizando para tanto práticas consideradas de mercado, como o fluxo de caixa descontado de suas unidades que possuem ágio alocado. A recuperabilidade dos ágios é avaliada com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Caso algum fato ou circunstância indique o comprometimento da recuperabilidade dos ágios, o teste é antecipado.

O período de projeção dos fluxos de caixa para dezembro de 2017 foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor justo pelo método do fluxo de caixa descontado incluem:

projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. Adicionalmente, a perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos.

A taxa de desconto utilizada foi de 13,3% a.a. e a taxa de crescimento da perpetuidade considerada foi de 3% a.a., tanto para o ágio da controlada SGUS, na aquisição de empresas norte-americanas, quanto para o ágio da Companhia referente à aquisição da AMMO. A taxa de desconto utilizada foi determinada levando em consideração informações de mercado disponíveis na data do teste.

A movimentação dos saldos consolidados dos ativos intangíveis no período foi como segue:

	<u>31.12.2017</u>	<u>Adições e (baixas)</u>	<u>Amorti- zação</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>31.03.2018</u>
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	37.748	-	-	25	37.773
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.339	5	-	-	16.344
Marcas – licença de uso	9.157	-	(734)	(65)	8.358
Propriedade intelectual	3.139	-	(157)	-	2.982
Pontos comerciais (luvas)	21.102	1.443	-	-	22.545
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	114.788	1.448	(891)	(40)	115.305
	=====	=====	=====	=====	=====

	<u>31.12.2016</u>	<u>Adições e (baixas)</u>	<u>Amorti- zação</u>	<u>Variação cambial</u>	<u>31.03.2017</u>
Ágio na aquisição de empresas norte americanas	36.821	-	-	(978)	35.843
Ágio na aquisição da AMMO	27.303	-	-	-	27.303
Marcas – próprias	16.334	-	-	-	16.334
Marcas – licença de uso	11.373	(155)	-	-	11.218
Pontos comerciais (luvas)	24.136	(614)	-	-	23.522
	-----	-----	-----	-----	-----
Total	115.967	(769)	-	(978)	114.220
	=====	=====	=====	=====	=====

Os ativos intangíveis descritos acima (exceto “Marcas - licença de uso” e “propriedade intelectual”) possuem vida útil indefinida, portanto não são amortizados, mas testados anualmente quanto ao seu valor recuperável. As marcas estão registradas ao custo de aquisição. Os valores referentes aos pontos comerciais estão registrados pelo custo de aquisição do respectivo ponto de venda deduzidos de provisão para perda com valor recuperável, baseado em seu valor de mercado determinado por empresa independente com especialização para avaliação dos mesmos.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Moeda	Taxa anual de juros - %	Vencimento	Consolidado	
				31.03.2018	31.12.2017
Moeda nacional:					
		128,7 e 135,0 do CDI e			
Banco do Brasil S.A. (b)	R\$	11,2 + IRP	2021	404.623	410.348
Banco do Brasil S.A. (CDC)	R\$	9,6 a 10,1	2018	34.141	34.229
Banco do Brasil S.A. (*)	R\$	167,2 do CDI	2018	36.957	36.945
Banco Itaú BBA S.A.	R\$	132,0 do CDI	2018	-	101.012
Banco BBM S.A.	R\$	149,0 do CDI	2021	56.145	49.311
Banco ABC do Brasil S.A.	R\$	4,59 + CDI	2020	19.430	20.073
Banco Bradesco S.A. (*)	R\$	4,42 e 4,54 + CDI	2018	19.086	20.228
Banco Santander S.A.	R\$	167,2 do CDI	2018	5.918	-
BNDES (Finame)	R\$	3,0 a 9,5	2023	2.116	2.435
Outros	R\$	-	2018	50	64
				-----	-----
				578.466	674.645
Moeda estrangeira:					
Banco Patagonia	\$ARG	24,3 e 30,3	2019	27.870	30.047
Banco Frances	\$ARG	28,0	2018	3.005	2.797
Banco Rio – Cerrito	\$ARG	31,5	2018	2.918	2.898
Wells Fargo Bank, N.A. (c)	US\$ e CAD\$	3,5 a 5,5	2021	108.580	105.869
Banco do Brasil S.A.	US\$	6,9	2018	27.127	26.561
Banco Santander S.A. PPE (a)	US\$	89,0 a 118,8 do CDI	2020	156.503	170.956
JP Morgan	US\$	Libor + 0,85	2018	26.683	13.268
				-----	-----
				352.686	352.396
				-----	-----
Total				931.152	1.027.041
Circulante				(358.457)	(444.861)
				-----	-----
Não circulante				572.695	582.180
				=====	=====

(*) Empréstimos mantidos em parte pela controladora.

(a) Empréstimo com garantia de títulos e valores mobiliários em dólares vinculada no valor de US\$18.900 mil (vide nota 4). Empréstimos com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a Companhia, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros em suas demonstrações financeiras consolidadas: (i) razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 3,5 vezes em 2017; 3,25 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019; (ii) razão entre dívida financeira líquida e patrimônio líquido no máximo 0,7 vezes durante o período do contrato e (iii) razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida no mínimo 2,0 vezes.

(b) Empréstimo com cláusulas contratuais de vencimento antecipado, onde a controladora da Companhia, SGPSA, na condição de avalista, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: razão entre Dívida Financeira Líquida e EBITDA, de no máximo a 4,0 vezes em 2017; 3,5 vezes em 2018; 3,0 vezes em 2019, em suas demonstrações financeiras consolidadas.

(c) Linha de crédito rotativo com o Wells Fargo Bank, N.A. no valor de US\$60.000, com prazo de cinco anos. A linha de crédito rotativo limita determinadas atividades da SGUS como, vendas de ativos, distribuição a acionistas e a contratação de novos empréstimos. Substancialmente, os ativos da SGUS foram dados como garantia nos termos do contrato do empréstimo.

Os empréstimos são garantidos por: (i) imóveis, máquinas e equipamentos, localizados na cidade de Montes Claros, gravados em 1º grau, além de fiança do controlador da SGPSA para diversos financiamentos; e (ii) por avais e garantias bancárias para os demais financiamentos.

Os vencimentos dos empréstimos são como segue:

	2018	2019		2020	2021 a 2023	Total
		Curto prazo	Longo prazo			
Moeda nacional:						
Banco do Brasil S.A.	76.372	-	109.480	109.329	109.442	404.623
Banco do Brasil S.A. (CDC)	34.141	-	-	-	-	34.141
Banco do Brasil S.A.	36.957	-	-	-	-	36.957
Banco BBM S.A.	14.083	4.673	14.021	18.694	4.674	56.145
Banco ABC do Brasil S.A.	5.882	1.936	5.806	5.806	-	19.430
Banco Bradesco S.A.	19.086	-	-	-	-	19.086
Banco Santander S.A.	5.918	-	-	-	-	5.918
BNDES (Finame)	846	281	824	130	35	2.116
Outros	37	2	6	5	-	50
	193.322	6.892	130.137	133.964	114.151	578.466
Moeda estrangeira:						
Banco Patagonia	15.993	-	11.877	-	-	27.870
Banco Frances	3.005	-	-	-	-	3.005
Banco Rio - Cerrito	2.918	-	-	-	-	2.918
Wells Fargo Bank, N.A.	-	-	-	-	108.580	108.580
Banco do Brasil S.A.	27.127	-	-	-	-	27.127
Banco Santander S.A. PPE	67.281	15.236	45.034	28.952	-	156.503
JP Morgan	26.683	-	-	-	-	26.683
	143.007	15.236	56.911	28.952	108.580	352.686
Total	336.329	22.128	187.048	162.916	222.731	931.152

A movimentação consolidada dos empréstimos e debêntures foi como segue:

	Empréstimos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.027.041	48.595	1.075.636
Novas captações ou renovações	117.263	150.000	267.263
Juros provisionados	22.122	2.468	24.590
Amortização de principal	(212.168)	-	(212.168)
Pagamento de juros	(22.061)	-	(22.061)
Variação cambial	(1.870)	-	(1.870)
Encargos antecipados, líquidos	825	(2.650)	(1.825)
Saldo em 31 de março de 2018	931.152	198.413	1.129.565

14. DEBÊNTURES

a) Em 12 de junho de 2017, a controlada CSA emitiu a 3ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características descritas abaixo, a qual, na mesma data, foi integralmente subscrita pela Gaia Agro Assessoria Financeira Ltda. (“Subscritora”). Posteriormente, a Subscritora alienou as Debêntures à Gaia Agro Securitizadora S.A. (“Securitizadora”), com objetivo de vincular os recursos das debêntures à emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA.

Características das Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	50.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização:	
Vencimento 1ª parcela - 25,00%	18/12/2018
Vencimento 2ª parcela - 8,33%	18/06/2019
Vencimento 3ª parcela - 16,67%	18/12/2019
Vencimento 4ª parcela - 50,00%	18/06/2020
Remuneração	110% do CDI
Amortização dos juros	Semestrais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)

Os recursos ingressaram naquela controlada na data da subscrição das debêntures. As despesas de emissão das debêntures e subsequentemente as despesas de emissão dos CRA, no valor de aproximadamente R\$1.977, equivalentes a 3,95% do valor total de emissão, serão amortizados como custo da operação, juntamente com os encargos das debêntures, na proporção de seu saldo devedor.

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis da controlada CSA cujo valor de avaliação é superior a 200% do valor de emissão dos CRA. A qualquer momento, poderão ser alienados um ou mais imóveis a critério da controlada CSA com a anuência dos titulares dos CRA, desde que: (i) tal alienação não diminua a razão de 200% de garantia das obrigações garantidas junto aos titulares dos CRA; e (ii) a controlada CSA use o valor líquido dos imóveis alienados para amortização de financiamentos bancários.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

Além de cláusulas usuais de vencimento antecipado, a Companhia, comprometeu-se a cumprir os seguintes índices financeiros: (i) razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, igual ou inferior a 4,00 (quatro inteiros); (ii) razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, igual ou inferior a 0,7 (sete décimos); e (iii) razão entre EBITDA e Juros, igual ou superior a 2 (dois inteiros). Os índices previstos acima estão previstos para todo o período do contrato e sua medição ocorre semestralmente a partir de dezembro de 2017. Os termos utilizados para descrever os índices têm sua definição determinada em contrato e podem diferir das rubricas contábeis.

b) Em 19 de fevereiro de 2018, a Controlada CSA emitiu a 4ª série de debêntures não conversíveis em ações, com as características abaixo, as quais, em 19 de fevereiro de 2018, foram integralmente subscritas.

Características da 4ª Emissão de Debêntures

Quantidade de debêntures emitidas	150.000
Valor unitário das debêntures (valor em reais)	R\$1.000
Amortização	12 parcelas trimestrais iguais
Vencimento 1ª parcela	19/05/2018
Vencimento 12ª parcela	19/02/2021
Remuneração	100% do CDI + 2,75% a.a.
Amortização dos juros	12 parcelas trimestrais iguais
Garantias	(1)
Cláusulas de vencimento antecipado (covenant)	(2)
Destinação dos recursos	(3)

(1) Garantias:

Garantia Real: Imóveis daquela controlada Companhia, referidos na nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis intermediárias, cujo valor de avaliação deve manter-se superior a 1,43 vezes o valor de emissão das Debêntures no 1º ano e nos seguintes 1,67 vezes. Adicionalmente, os contratos de locação do imóvel fazem parte da garantia, podendo o agente fiduciante, em caso de inadimplemento reter os recebíveis de aluguéis até a solução da inadimplência.

Garantia Fidejussória: Fiança prestada pela Springs Global Participações S.A. e por Josué Christiano Gomes da Silva.

(2) Cláusulas de vencimento antecipado (covenants):

A Companhia não possui compromisso pela manutenção de índices financeiros.

Os saldos das debêntures, em 31 de março de 2018, eram assim compostos.

	Valor original	Encargos antecipados	Juros provisionados	Saldos em 31.03.2018	Saldos em 31.12.2017
Debêntures da:					
3ª série	12.500	(635)	978	12.843	11.952
4ª série	50.000	(992)	1.578	50.586	-
Total do passivo circulante	62.500	(1.627)	2.556	63.429	11.952
Debêntures da:					
3ª série	37.500	(708)	-	36.792	36.643
4ª série	100.000	(1.808)	-	98.192	-
Total do passivo não circulante	137.500	(2.516)	-	134.984	36.643
Total das debêntures	200.000	(4.143)	2.556	198.413	48.595

15. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Mercado interno	66.339	60.719
Mercado externo	99.201	102.546
	-----	-----
	165.540	163.265
	=====	=====

As contas a pagar a fornecedores são compostas substancialmente por títulos cujo prazo médio de pagamento é de aproximadamente 39 dias (37 dias em 31 de dezembro de 2017).

16. CONCESSÕES GOVERNAMENTAIS

A controlada CSA participa em consórcio de concessão de geração de energia elétrica com as empresas CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Vale (denominada anteriormente Companhia Vale do Rio Doce), em partes iguais de 33,33%, para cuja administração não foi constituída empresa com característica jurídica independente. São mantidos controles nos registros contábeis da CSA, equivalentes à sua participação.

Como retribuição pela outorga da concessão, a CSA e as demais consorciadas pagarão à União parcelas ao longo do tempo de concessão, conforme demonstrado abaixo.

Início do prazo de concessão: 10 de julho de 1997
 Prazo de concessão: 35 anos
 Valor total da concessão: R\$333.310
 Atualização monetária: IGP-M

Parcelas anuais demonstrando os valores totais da concessão:

	5° ao 15° ano 2002 a 2012	16° ao 25° ano 2013 a 2022	26° ao 35° ano 2023 a 2032
	-----	-----	-----
Valores históricos:			
Parcela mínima	120	120	120
Parcela adicional	-	12.510	20.449
	-----	-----	-----
Parcela anual	120	12.630	20.569
Parcelas totais	1.320	126.300	205.690
Parcelas atualizadas	6.211	594.279	967.820
	=====	=====	=====

Para fins contábeis, a CSA reconhece as despesas incorridas pelo regime de competência, em contrapartida ao passivo não circulante, de forma linear, tendo como base sua participação no valor total da outorga; 33,33%, a valor presente, considerando a taxa básica de juros, atualizada pelo IGP-M. Em 31 de março de 2018, esse valor representava R\$62.606, sendo R\$19.809 classificados no passivo circulante e R\$42.797 classificados no passivo não circulante (R\$62.257,

sendo R\$19.473 classificados no passivo circulante e R\$42.784 classificados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2017).

Os valores consignados no ativo imobilizado, objeto da presente concessão, em 31 de março de 2018, somam R\$20.638 (R\$20.997 em 31 de dezembro de 2017) (vide nota explicativa nº11 às demonstrações contábeis intermediárias) e consideram a participação da CSA nos investimentos realizados para a construção da Usina Hidroelétrica de Porto Estrela, localizada no Rio Santo Antonio, a 270 km de Belo Horizonte, com potência instalada de 112MW. A referida Usina iniciou sua geração no final de 2001.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL

A controlada SGUS aluga imóveis e equipamentos sob a condição de “leasing” operacional. O total da despesa com o arrendamento mercantil no trimestre findo em 31 de março de 2018 foi de R\$9.861 (R\$9.525 no trimestre findo em 31 de março de 2017). A controlada SGUS concedeu a terceiros o subarrendamento mercantil (“sub-leasing”) de algumas localidades onde não havia mais o benefício econômico sobre o arrendamento pago. O total de receita com o subarrendamento mercantil no trimestre findo em 31 de março de 2018 foi de R\$3.786 (R\$3.434 no trimestre findo em 31 de março de 2017).

Prestações previstas para os próximos anos são estimadas na tabela abaixo:

Anos	2018
2018 (*)	26.996
2019	31.357
2020	28.984
2021	29.193
2022	25.600

(*) 9 meses

A partir de 2022, as prestações continuam decrescentes até o final dos contratos que terminam em diversas datas até 2030, totalizando R\$182.403.

Para o período de 2018 a 2025, o total das prestações de subarrendamento mercantil a receber pela controlada SGUS é de R\$66.941.

A controlada SGUS possui provisão de curto e longo prazo que totaliza R\$20.704 (R\$21.018 em 31 de dezembro 2017), que consiste na estimativa do valor presente das obrigações futuras de arrendamento mercantil (cujos contratos continuaram vigentes após o fechamento de algumas unidades fabris nos EUA), líquido dos subarrendamentos já contratados e de uma receita estimada de subarrendamento das demais unidades fechadas que ainda não foram subarrendadas. Esse potencial de subarrendamento poderia resultar numa redução de R\$119.596 nas obrigações demonstradas na tabela acima.

18. IMPOSTO DE RENDA E OUTROS IMPOSTOS

a. Conciliação dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social)

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Resultado antes dos impostos	(6.947)	(12.206)	(6.307)	(11.674)
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	3.816	8.834	-	-
Receitas não tributadas	-	-	(10.267)	(8.194)
Diferenças permanentes de controladas no exterior	-	-	(743)	(75)
Outros	-	-	(52)	441
	-----	-----	-----	-----
Base de cálculo dos impostos	(3.131)	(3.372)	(17.369)	(19.502)
Alíquota de 34%	1.065	1.147	5.905	6.631
Créditos fiscais não constituídos	(1.065)	(1.147)	(6.437)	(6.817)
Outros	-	-	(108)	(162)
	-----	-----	-----	-----
Total dos impostos sobre o lucro	-	-	(640)	(348)
	-----	-----	-----	-----
Impostos sobre o lucro – corrente	-	-	(640)	(348)
Impostos sobre o lucro – diferido	-	-	-	-
	=====	=====	=====	=====

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, na condição de controladora, tem como resultado basicamente equivalência patrimonial e resultado de aplicações financeiras. Os lucros de controladas no exterior são tributados como adição ao lucro tributável e recebem créditos dos impostos pagos no país de origem até o limite de 25% de sua base de cálculo. Quando esses resultados são prejuízos, eles não se constituem em créditos tributários no Brasil, porém são compensados com os resultados futuros da controlada no exterior que o gerou. Portanto, na condição de controladora, são bem específicas as situações onde a Companhia pode vir a constituir créditos tributários.

Os valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, registrados nas demonstrações contábeis intermediárias consolidadas, são provenientes de provisões temporariamente não dedutíveis, crédito fiscal incorporado e prejuízos fiscais das controladas.

O imposto de renda e contribuição social diferidos consolidados são compostos como segue:

	31.12.2017	Reconhecidos no:			Outros	31.03.2018
		Resultado	Patrimônio líquido	Variação cambial		
Ativo:						
Diferenças temporais (CSA – Argentina) (1) (a)	1.301	-	-	-	(91)	1.210
Diferenças temporais (CSA – Brasil) (1) (p)	17.703	(3.722)	-	-	-	13.981
Prejuízo fiscal, líquido (CSA – Brasil) (1) (p)	27.777	3.722	-	-	-	31.499
Créditos fiscais de controlada no exterior (CSA) (1) (p)	7.167	-	-	-	-	7.167
Prejuízo fiscal, líquido (SGUS – EUA) (2) (a)	83.577	-	-	399	-	83.976
Diferenças temporais (AMMO – Brasil) (a)	531	-	-	-	(194)	337
Prejuízo fiscal, líquido (AMMO – Brasil) (a)	2.042	-	-	-	-	2.042
Prejuízo fiscal, líquido (SGPSA – Brasil) (a)	1.906	-	-	-	-	1.906
	142.004	-	-	399	(285)	142.118
Imposto diferido passivo:						
Propriedades para investimentos (CSA – Brasil) (1) (p)	(56.934)	-	-	-	-	(56.934)
Total de impostos diferidos, líquido	85.070	-	-	399	(285)	85.184
	89.357	-	-	399	(285)	89.471
Total do ativo não circulante (soma de a)	89.357	-	-	399	(285)	89.471
Total do passivo não circulante (soma de p)	(4.287)	-	-	-	-	(4.287)

(1) Impostos diferidos da controlada CSA:

Impostos diferidos (ativo):

A controlada CSA, com base em plano de negócios e projeções futuras, manteve os ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais acumulados. As projeções futuras consideram os resultados operacionais da Companhia, para os próximos 10 anos trazidos a valor presente e uma redução das taxas de juros ao longo desse período e o conseqüente custo da dívida, dentre outras ações. Com base nestas ações e nas premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração daquela controlada possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos créditos tributários diferidos demonstrados como segue:

Ano	CSA		CSA	
	Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais (*)	Argentina	CSA
2018	3.243	(3.243)	1.210	1.210
2019	-	94	-	94
2020	-	3.237	-	3.237
2021	-	5.986	-	5.986
2022	-	7.244	-	7.244
2023	1.267	9.120	-	10.387
a partir de 2024	9.471	16.228	-	25.699
	13.981	38.666	1.210	53.857

(*) Inclui compensação de impostos pagos na Argentina no valor de R\$7.167.

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável, enquanto que os prejuízos fiscais são limitados a 30% do lucro tributável. Ambos não tem prazo para prescrição.

Adicionalmente, em 31 de março de 2018, a CSA possuía R\$651.393 em prejuízos fiscais (R\$639.730 em 31 de dezembro de 2017) e R\$657.694 de base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro (R\$645.986 em 31 de dezembro de 2017), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

Impostos diferidos (passivo):

Imposto de renda e contribuição social decorrentes da mais valia apurada em propriedades para investimentos, vide nota explicativa nº 10 às demonstrações contábeis intermediárias.

Valor justo	211.176
Total do custo residual	(43.722)

Mais valia apurada	167.454
Imposto de renda e contribuição social a pagar (34%)	56.934
	=====

(2) Impostos diferidos da controlada SGUS:

A controlada SGUS, com base em seu plano de negócios e projeções futuras, mantém ativos fiscais diferidos decorrentes, principalmente, de prejuízos fiscais acumulados. A controlada SGUS mantém provisão integral dos créditos de ativos fiscais diferidos. Com base no histórico de lucratividade dos últimos anos e na revisão das projeções futuras dos seus resultados operacionais, a controlada SGUS, tem registrado como impostos diferidos ativos em 31 de março de 2018 o saldo de R\$83.976 (R\$83.577 em 31 de dezembro de 2017). A variação do saldo durante o primeiro trimestre de 2018 refere-se a variação cambial.

As projeções futuras consideram os resultados operacionais da SGUS para os próximos 6 anos. Com base em premissas utilizadas na preparação do plano de negócios, a Administração da SGUS possui expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitirão a realização dos ativos tributários diferidos.

A expectativa de realização dos impostos diferidos ativos, em 31 de março de 2018, é como segue:

Ano	Controlada SGUS
2018	14.169
2019	13.229
2020	14.729
2021	14.410
2022	13.652
2023 em diante	13.787

	83.976
	=====

As diferenças temporárias são dedutíveis integralmente do lucro tributável e não têm prazo para prescrição. Os prejuízos fiscais também são dedutíveis integralmente, mas possuem prazos de prescrição, tendo, os prejuízos fiscais federais, validade entre 2022 a 2034 e, os estaduais, validade entre 2018 a 2034.

Adicionalmente, em 31 de março de 2018, a controlada SGUS possui saldo de R\$601.225 em prejuízos fiscais (R\$598.367 em 31 de dezembro de 2017), cujos ativos fiscais não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias.

c. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	-	-	6.539	5.489
Imposto de renda e contribuição social antecipados	148	148	22.010	22.082
PIS e COFINS a recuperar	-	-	9.014	9.019
IVA/Ingressos brutos (Argentina)	-	-	1.506	2.115
VAT – China e México	-	-	1.290	1.103
IPI a recuperar	-	-	83	1.301
Outros impostos a recuperar	-	-	1.664	2.448
	-----	-----	-----	-----
	148	148	42.106	43.557
Circulante	(148)	(148)	(26.488)	(28.662)
	-----	-----	-----	-----
Não circulante	-	-	15.618	14.895
	=====	=====	=====	=====

19. PROVISÕES DIVERSAS

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações cíveis e trabalhistas. A provisão foi constituída de acordo com a avaliação do risco efetuada pela Administração e pelos seus assessores jurídicos, para as perdas consideradas prováveis.

A Companhia e suas controladas possuem processos tributários, trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, no valor de R\$85.940, R\$4.627 e R\$17.395 respectivamente. Os processos judiciais cuja perda foi estimada como provável são assim resumidos:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Processos fiscais:		
- INSS	1.998	1.998
- Outros	151	149
Trabalhistas	13.545	13.589
Cíveis e outras	2.754	2.874
	-----	-----
Total	18.448	18.610
	=====	=====
Depósitos judiciais	13.211	13.678
	=====	=====

INSS – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a Fazenda Nacional questionando a incidência da contribuição sobre verbas consideradas indenizatórias e do FAP (Fator Acidentário de Prevenção).

Trabalhistas – A controlada CSA é pólo passivo em ações movidas por ex-funcionários e terceiros.

Cíveis – A controlada CSA é pólo ativo em ação contra a União questionando a legalidade da cobrança da COFURH – Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

As movimentações do saldo da provisão consolidada são apresentadas a seguir:

	31.12.2017	Adições	Baixas	31.03.2018
Processos fiscais:				
- INSS	1.998	-	-	1.998
- Outros	149	2	-	151
Trabalhistas	13.589	282	(326)	13.545
Cíveis e outras	2.874	12	(132)	2.754
	-----	-----	-----	-----
	18.610	296	(458)	18.448
	=====	=====	=====	=====

20. PLANOS DE APOSENTADORIA E BENEFÍCIOS

Substancialmente, todos os funcionários da controlada SGUS são cobertos por planos de contribuição definida. Alguns executivos da controlada SGUS são cobertos pelo plano de benefício definido. A controlada SGUS pode efetuar contribuições arbitrárias para o plano de contribuição definida e essas contribuições são consideradas através de um percentual da remuneração elegível de cada participante. Adicionalmente, no caso de participantes elegíveis contribuírem com um percentual de suas remunerações para alguns planos de contribuição definida, a controlada SGUS pode, arbitrariamente, efetuar uma contribuição na proporção dos valores contribuídos pelos participantes.

A controlada SGUS patrocina um plano de pensão de benefício definido para alguns de seus funcionários, cujos custos esperados de pensão são provisionados em regime de competência com base em estudos atuariais e as contribuições dos funcionários aposentados e da controlada SGUS são ajustadas periodicamente. As contribuições da controlada SGUS aos planos de benefício definido são efetuadas de acordo com a lei de aposentadoria dos EUA ("Employee Retirement Income Security Act") e os benefícios são geralmente baseados nos anos de serviço e níveis salariais (remuneração).

Os ativos do plano de benefício definido são investidos em fundos de renda variável e fundos de renda fixa (incluindo dívidas do governo americano). A controlada SGUS também fornece benefícios de aposentadoria a executivos elegíveis de acordo com planos executivos suplementares não qualificados de aposentadoria.

A tabela abaixo contém informações resumidas dos planos de pensão em 31 de março de 2018 e 2017:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Componentes do custo líquido do benefício:		
Custo do serviço	271	268
Custo dos juros, líquido	777	926
	-----	-----
Custo líquido do benefício	1.048	1.194
	=====	=====

A estratégia de investimento da controlada SGUS é de aplicar numa carteira diversificada com o objetivo de maximizar os retornos considerando um nível aceitável de risco. Os ativos do plano de pensão são investidos em um fundo balanceado que tem uma alocação estática de 45% a 63% em investimentos de renda variável e 37% a 55% em instrumentos financeiros de renda fixa. A expectativa de retorno sobre os ativos do plano foi desenvolvida em conjunto com os consultores externos e foram levadas em consideração as expectativas de longo prazo para retornos futuros, baseados na estratégia de investimentos atuais da controlada SGUS.

Os saldos dos benefícios provisionados e remuneração diferida estão demonstrados abaixo:

	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Provisão para plano de pensão	98.842	99.363
Outras provisões de benefícios a funcionários	4.192	4.990
	-----	-----
Total do plano de aposentadoria e benefícios	103.034	104.353
Circulante (a)	(8.859)	(8.817)
	-----	-----
Não circulante	94.175	95.536
	=====	=====

(a) Incluída na rubrica "Obrigações sociais e trabalhistas".

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital realizado

O capital social subscrito e realizado está representado por 50.000.000 de ações ordinárias com direito a voto. Não houve movimentação do número de ações subscritas e realizadas para o período entre 1º de janeiro de 2017 e 31 de março de 2018.

b. Dividendos e reserva de lucros a realizar

Aos acionistas é assegurado um dividendo correspondente a 1/3 do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o Estatuto e a Lei das Sociedades por Ações.

c. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos.

22. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	A receber		A pagar	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Controladora:				
Coteminas S.A.	-	-	53.145	50.176
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	-	-	17	-
	-----	-----	-----	-----
	-	-	53.162	50.176
	=====	=====	=====	=====
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas	41.014	38.900	17	-
Coteminas International Ltd.	713	701	-	-
Companhia Tecidos Santanense	-	-	1.443	-
Santanense Argentina	90	90	-	-
Sucursal Argentina	21	20	-	-
	-----	-----	-----	-----
	41.838	39.711	1.460	-
	=====	=====	=====	=====
			<u>Encargos financeiros</u>	
			<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Controladora:				
Coteminas S.A.		(1.087)	(1.459)	
AMMO Varejo Ltda.		-	7	
		-----	-----	
		(1.087)	(1.452)	
		=====	=====	
Consolidado:				
Companhia de Tecidos Norte de Minas – Coteminas		2.185	2.766	
Companhia Tecidos Santanense		(12)	-	
Empr.Nac.Com,Réd e Partic. – Encorpar		-	43	
		-----	-----	
		2.173	2.809	
		=====	=====	

Os saldos referem-se a mútuos contratados com a Companhia em condições equitativas de acordo com as práticas de mercado. Os encargos são calculados de acordo com o custo dos empréstimos da Companhia.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 29 de dezembro de 2015, foi autorizado o pagamento de comissão de 2% (dois por cento ao ano), limitado ao valor cumulativo de R\$47.750 sobre avais/garantias prestados pelo controlador sobre empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia e suas controladas. Em 31 de março de 2018, o valor de R\$24.290 estava contabilizado, sendo R\$6.863 na rubrica “Outros créditos a receber” no ativo circulante (R\$7.418 em 31 de dezembro de 2017) e R\$17.427 na rubrica “Outros” no ativo não circulante (R\$18.957 em 31 de dezembro de 2017), referentes a avais sobre contratos e linhas de créditos já existentes. No primeiro trimestre de 2018, foi apropriado o valor de R\$2.086 como despesa financeira na rubrica “Despesas bancárias, impostos, descontos e outros” (R\$2.711 no primeiro trimestre de 2017).

No primeiro trimestre de 2018, a CSA forneceu produtos intermediários para empresa do grupo, Companhia Tecidos Santanense, no valor de R\$10.516 (R\$10.594 no primeiro trimestre de 2017).

Os valores pagos a diretores e pessoas chave da Administração estão destacados nas demonstrações do resultado, sob a rubrica “Honorários da administração” e incluem os benefícios de longo prazo e pós-emprego existentes.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais--A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, derivativos e não derivativos, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e controles de limites de exposição aos mesmos.

Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e descritas no quadro abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017 (reapresentado)	31.03.2018	31.12.2017 (reapresentado)
ATIVOS FINANCEIROS				
Custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	29	103	134.186	155.442
Títulos e valores mobiliários (cp)	-	-	37.734	35.163
Duplicatas a receber	-	-	513.788	497.647
Outros créditos a receber	1.046	1.044	61.015	52.307
Títulos e valores mobiliários (cp)	-	-	64.330	63.819
Valores a receber – clientes	-	-	34.465	37.388
Valores a receber – venda e imobilizado	-	-	55.742	54.587
Partes relacionadas	-	-	41.838	39.711
Outros	-	-	32.971	34.568
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos financeiros	-	-	7.774	-
Títulos e valores mobiliários (cp)	-	-	18.632	-
PASSIVOS FINANCEIROS --				
Custo amortizado:				
Empréstimos e financiamentos	21.890	21.866	358.457	444.861
Debêntures	-	-	63.429	11.952
Fornecedores	49	4	165.540	163.265
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	7.236	7.202
Concessões governamentais	-	-	19.809	19.473
Outras contas a pagar	-	-	40.938	42.884
Empréstimos e financiamentos	-	-	572.695	582.180
Debêntures	-	-	134.984	36.643
Arrendamentos não recuperáveis	-	-	13.468	13.816
Partes relacionadas	53.162	50.176	1.460	-
Concessões governamentais	-	-	42.797	42.784
Outras obrigações	2.056	2.056	16.744	15.174

Os principais fatores de risco que a Companhia e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica, mudanças relevantes na estrutura da indústria, entre outros) são inerentes a sua atividade e são endereçados pela administração da Companhia. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

b) Valor justo--Os valores justos dos empréstimos e financiamentos e das debêntures aproximam-se aos valores do custo amortizado registrados nas demonstrações contábeis intermediárias em função de serem indexados por taxas flutuantes de juros (TJLP, CDI e LIBOR), as quais acompanham as taxas de mercado. Considerando os vencimentos dos demais instrumentos financeiros, a Companhia estima que seus valores justos aproximam-se aos valores contábeis.

c) Classificação dos instrumentos financeiros--Com exceção dos instrumentos financeiros derivativos, todos os instrumentos financeiros listados acima são classificados como “Custo Amortizado”, no caso de ativos, ou “Outros passivos financeiros”, no caso de passivos, avaliados inicialmente ao valor justo e atualizados pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados como “Mensurados ao valor justo por meio do resultado” e a parcela referente ao hedge de fluxo de caixa, cuja efetividade possa ser mensurada, tem seus ganhos e perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial e apresentados na demonstração do resultado abrangente.

d) Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:

d.1 - Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos--A Companhia acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia está exposta a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, preços de commodities (algodão) e volatilidade das taxas de juros. O objetivo de gerenciamento desses riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados das empresas do grupo, advindas dessas variações.

O objetivo das operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes e, também, com o gerenciamento da volatilidade dos fluxos financeiros. Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Em 31 de março de 2018, exceto pelo descrito em d.4 abaixo, não há outras operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

d.2 - Política de uso de derivativos--Conforme política interna, o resultado financeiro da Companhia deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteger eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos nos quais ela está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo tem como objetivo a redução da exposição aos riscos de mercado da Companhia.

d.3 - Risco de taxa de câmbio--Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

d.3.1) Riscos de taxa de câmbio nos investimentos no exterior:

A Companhia possui investimentos no exterior que aumentam sua exposição cambial, a saber:

<u>Total dos investimentos no exterior</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Investimentos	210.978 =====	198.442 =====
Em milhares de dólares equivalentes	63.475 =====	59.989 =====

d.3.2) Riscos de taxa de câmbio nos instrumentos financeiros não derivativos na Companhia e na controlada CSA:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição cambial da Companhia e de suas controladas brasileiras, são como segue:

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Caixa e equivalentes de caixa	-	3.437
Duplicatas a receber	38.463	39.324
Títulos e valores mobiliários	64.330	63.819
Fornecedores	(1.076)	(1.455)
Empréstimos e financiamentos	(183.630)	(197.517)
Partes relacionadas	(83.302)	(65.518)
	-----	-----
Total da exposição em Reais	(165.215)	(157.910)
	=====	=====
Total da exposição em milhares de dólares equivalentes	(49.707)	(47.736)
	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de recebimentos e pagamentos em dólares norte americanos já contratados em 31 de março de 2018 é como segue:

<u>Vencimento</u>	<u>Risco</u>	<u>Valor da exposição US\$ mil</u>	<u>Cenários</u>		
			<u>Provável</u>	<u>II</u>	<u>III</u>
2018	Alta do Dólar	(29.472)	(708)	(25.375)	(50.042)
2019	Alta do Dólar	(30.805)	(3.388)	(29.833)	(56.277)
2020	Alta do Dólar	10.570	2.316	11.677	21.039
		-----	-----	-----	-----
		(49.707)	(1.780)	(43.531)	(85.280)
		=====	=====	=====	=====

Os valores entre parênteses (negativos) demonstrados nos cenários acima, referem-se à variação cambial passiva, portanto despesa. Os valores positivos referem-se à receita. O cenário "Provável" representa o resultado da variação cambial provável considerando-se o fluxo de caixa dos ativos e

passivos acima detalhados, aplicando-lhes as taxas futuras de dólares e comparando com a taxa do dólar no final do exercício atual. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração das taxas futuras de Dólares em 25% e 50% respectivamente. As taxas futuras de dólares foram obtidas na B3.

d.4 - Risco de preços de commodities (algodão)--Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações no preço do algodão, sua principal matéria-prima. O aumento do preço do algodão, de forma significativa pode acarretar aumento no custo de seu produto em prazo e montantes que a Companhia não consiga repassar ao mercado consumidor, fazendo reduzir suas margens. Abaixo o resumo dos instrumentos derivativos com risco de “commodities”:

Descrição	Valor de referência (Nocional) US\$mil		Valor justo – Ativo circulante	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Contratos de compra de algodão -- Posição: Comprada Moeda: US\$ corrente Contraparte: Louis Dreyfus	15.049 =====	- =====	7.774 =====	- =====

As cotações dos instrumentos derivativos foram obtidas com base nas informações de mercado divulgadas pela ICE – International Cotton Exchange. No primeiro trimestre de 2018, a CSA registrou um ganho de R\$7.774 (R\$2.922 no primeiro trimestre de 2017).

A análise de sensibilidade dos instrumentos derivativos acima, considerando os fluxos de recebimento do algodão, em 31 de março de 2018, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio (US\$)	R\$		
			Provável	II	III
2018	Queda do preço	15.049	7.774	(6.675)	(21.123)

O cenário “Provável” representa o resultado da manutenção do preço em 31 de março de 2018. Para os cenários II e III, foi considerada uma deterioração do preço por libra peso em 25% e 50% respectivamente.

d.5 - Risco de taxa de juros--O caixa e equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários rendem aproximadamente o equivalente às taxas dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI. Os passivos (exceto os descritos em d.5.1 e d.5.2 abaixo) sobre os quais incidem juros equivalentes à LIBOR ou juros fixos estão demonstrados nas notas explicativas nº 13 e 22. Considerando-se os fluxos de caixa desses passivos e as taxas contratadas, a Administração da Companhia considera não relevante o efeito da exposição às variações de mercado nas taxas de juros contratadas. Portanto, não está apresentando a análise de sensibilidade.

d.5.1) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros derivativos:

Contratos de swap de taxa de juros – são classificados e registrados pelo seu valor justo e se baseiam no fluxo de caixa dos financiamentos denominados em moeda estrangeira. Tem seus ganhos e perdas realizados registrados no resultado, na rubrica “Despesas financeiras – juros

sobre empréstimos". Não houve aplicação em derivativos envolvendo taxas de juros nos trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017.

d.5.2) Riscos de taxa de juros variáveis nos instrumentos financeiros não derivativos:

Os valores referentes aos instrumentos financeiros não derivativos sujeitos à exposição de juros variáveis da Companhia e suas controladas, são como segue:

Descrição	31.03.2018			31.12.2017	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	2.010	(1.498)	165.512	165.646
Contrato de empréstimo -- Juros: 128,7% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: novembro/2021	165.000	2.010	(1.599)	165.411	165.477
Contrato de empréstimo -- Juros: IRP + 11,20% Contraparte: Banco Brasil S.A. – CCB Vencimento: junho/2018	60.000	473	(151)	60.322	60.114
Contrato de empréstimo -- Juros: 135,0% do CDI Contraparte: Banco Brasil S.A. – NCE Vencimento: outubro/2018	13.462	41	(125)	13.378	19.111
(referência à nota explicativa nº 13)				404.623	410.348
Contrato de empréstimo -- Juros: 132,0% do CDI Contraparte: Banco Itaú BBA S.A. Vencimento: fevereiro/2018	-	-	-	-	101.012
(referência à nota explicativa nº 13)				-	101.012
Contrato de empréstimo -- Juros: 149,0% do CDI Contraparte: Banco BBM S.A. – CCB Vencimento: março/2021	56.083	62	-	56.145	49.311
(referência à nota explicativa nº 13)				56.145	49.311
Contrato de empréstimo -- Juros: CDI + 4,59% Contraparte: Banco ABC do Brasil S.A. – CCB Vencimento: setembro/2020	19.354	76	-	19.430	20.073
(referência à nota explicativa nº 13)				19.430	20.073
Contrato de empréstimo -- Juros: 89,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: maio/2019	62.441	1.232	(203)	63.470	62.209
Contrato de empréstimo -- Juros: 103,0% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: fevereiro/2020	42.910	168	(393)	42.685	54.107

Descrição	31.03.2018			31.12.2017	
	Valor do principal R\$ mil	Juros provisionados	Encargos antecipados	Saldo contábil a pagar	Saldo contábil a pagar
Contrato de empréstimo -- Juros: 118,8% do CDI Contraparte: Banco Santander S.A. – PPE Vencimento: novembro/2020	50.793	207	(652)	50.348	54.640
(referência à nota explicativa nº 13)				156.503	170.956
Debêntures 3ª série-- Juros: 110,0% do CDI Contraparte: Gaia Agro Sec. S.A. Vencimento: junho/2020	50.000	978	(1.343)	49.635	48.595
Debêntures 4ª série-- Juros: CDI + 2,75 a.a. Contraparte: Diversos debenturistas Vencimento: fevereiro/2021	150.000	1.578	(2.800)	148.778	-
(referência à nota explicativa nº 14)				198.413	48.595
	835.043	8.835	(8.764)	835.114	800.295
	=====	=====	=====	=====	=====

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos acima, considerando os fluxos de pagamentos do principal e juros em 31 de março de 2018, é como segue:

Vencimento	Risco	Saldo médio	Cenários		
			Provável	II	III
2018	Alta do CDI	791.770	41.005	52.054	61.668
2019	Alta do CDI	541.366	39.589	58.917	70.284
2020	Alta do CDI	295.467	21.570	38.610	46.232
2021	Alta do CDI	93.094	5.455	11.178	13.455
			=====	=====	=====

Os valores demonstrados nos cenários acima, referem-se à projeção da despesa de juros em seus respectivos anos e cenários, considerando-se os saldos médios dos empréstimos em cada ano.

O cenário “Provável” representa o resultado da evolução da taxa de juros dos Certificados de Depósitos Bancários provável, considerando-se os vencimentos do principal e do juros. Para os cenários II e III, foi considerada uma majoração das taxas futuras do CDI em 25% e 50% respectivamente. As taxas de juros futuras do CDI foram obtidas na B3.

d.6 - Risco de crédito--A Companhia está sujeita ao risco de crédito com respeito ao caixa e equivalentes de caixa, aos títulos e valores mobiliários e aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela política de efetuar transações financeiras somente em instituições financeiras de grande porte.

O risco de crédito em duplicatas a receber é reduzido devido à seletividade dos clientes e a política de concessão de créditos. A Companhia possui um sistema de gestão de crédito baseado na combinação das informações oriundas de diversos departamentos da empresa, principalmente as áreas comercial, financeira, contábil, jurídica e fontes externas que abastecem o departamento de

crédito e cobrança visando à estipulação de limites de crédito para os seus clientes que são aprovados por órgão colegiado.

d.7 - Gestão de liquidez--A Companhia apresentou os valores dos ativos e passivos financeiros consolidados de acordo com os vencimentos de seus fluxos de caixa, com base na data mais próxima de liquidação dos mesmos, e utilizando as taxas de juros nominais contratadas em suas demonstrações financeiras anuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 31 de março de 2018, não houve alteração significativa em relação ao divulgado nas demonstrações financeiras anuais.

d.8 - Gestão de capital--A Companhia administra sua estrutura de capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais e ao mesmo tempo maximizar o retorno aos seus acionistas. A estratégia da Companhia permaneceu inalterada no período coberto por estas demonstrações contábeis intermediárias.

A dívida líquida da Companhia pode ser assim composta:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Empréstimos e financiamentos	931.152	1.027.041
Debêntures	198.413	48.595
Caixa e equivalentes de caixa	(134.186)	(155.442)
Títulos e valores mobiliários	(120.696)	(98.982)
Instrumentos financeiros	(7.774)	-
	-----	-----
Total da dívida líquida	866.909	821.212
	-----	-----
Total do patrimônio líquido	1.139.395	1.149.507
	-----	-----
Total da dívida líquida e patrimônio líquido	2.006.304	1.970.719
	=====	=====

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais, com o objetivo de alocar recursos para um segmento individual e avaliar seu desempenho. As decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos, bem como a avaliação de desempenho dos investimentos e dos principais executivos da Companhia são feitas em base consolidada. A Companhia e suas controladas possuem dois segmentos operacionais distintos: "Atacado" e "Varejo". O segmento de Atacado se subdivide em dois subsegmentos: América do Sul, que inclui as operações no Brasil e Argentina e América do Norte, que inclui as operações nos Estados Unidos da América e Canadá.

A Companhia possui diversas fábricas que se suprem entre si de forma que, em seu conjunto, formam uma indústria integrada de fiação, tecelagem, acabamento e confecção de produtos têxteis para o lar. Não há na Companhia a segmentação operacional entre as categorias de

vendas, sendo os relatórios suportes à tomada de decisões estratégicas e operacionais sempre consolidados. Não há unidades operacionais específicas para cada categoria de produtos vendidos e portanto essas operações estão sob a denominação de segmento de “Atacado”, pois seus produtos são vendidos para clientes que não são os consumidores finais.

A controlada AMMO, possui um conjunto de informações isoladas e decisões de investimentos, preços, expansão de lojas, entre outros, que são tomadas à parte e se constituem no segmento “Varejo”, pois suas vendas são realizadas aos consumidores finais dos produtos.

As informações financeiras separadas pelos segmentos de negócios acima explicados são como seguem (em milhões de reais):

	31.03.2018					
	América do Sul			América do Norte	Outros não	Total
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	alocáveis	
Vendas líquidas	291,4	62,4	353,8	192,7	(17,7)	528,8
Custo dos produtos vendidos	(212,3)	(30,4)	(242,7)	(163,6)	17,5	(388,8)
Lucro bruto	79,1	32,0	111,1	29,1	(0,2)	140,0
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(52,0)	(33,7)	(85,7)	(18,6)	(1,0)	(105,3)
Outros	0,8	(0,6)	0,2	0,6	-	0,8
Resultado operacional	27,9	(2,3)	25,6	11,1	(1,2)	35,5
Resultado financeiro	-	-	-	-	(41,8)	(41,8)
Resultado antes dos impostos	27,9	(2,3)	25,6	11,1	(43,0)	(6,3)
Depreciação e amortização	16,6	0,8	17,4	0,8	-	18,2
	=====	=====	=====	=====	=====	=====
	31.03.2017					
	América do Sul			América do Norte	Outros não	Total
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	alocáveis	
Vendas líquidas	280,8	59,9	340,7	190,9	(15,4)	516,2
Custo dos produtos vendidos	(210,6)	(29,4)	(240,0)	(156,5)	15,4	(381,1)
Lucro bruto	70,2	30,5	100,7	34,4	-	135,1
Despesas de vendas, gerais e administrativas	(49,6)	(32,0)	(81,6)	(16,9)	(1,0)	(99,5)
Outros	(0,1)	0,9	0,8	0,2	-	1,0
Resultado operacional	20,5	(0,6)	19,9	17,7	(1,0)	36,6
Resultado financeiro	-	-	-	-	(48,3)	(48,3)
Resultado antes dos impostos	20,5	(0,6)	19,9	17,7	(49,3)	(11,7)
Depreciação e amortização	16,8	1,0	17,8	0,6	-	18,4
	=====	=====	=====	=====	=====	=====

A Companhia em suas análises sobre o desempenho de vendas, classifica seus produtos de acordo com as categorias de venda (ou linhas de produtos) como: cama, mesa e banho, utility bedding, produtos intermediários e varejo.

As informações de venda por categoria ou linha de produtos são como segue:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017
Vendas líquidas (em milhões de Reais):		
Cama, mesa e banho	229,6	224,3
Utility bedding	167,8	160,6
Produtos intermediários	69,0	71,4
Varejo	62,4	59,9
	-----	-----
	528,8	516,2
	=====	=====
Volumes (toneladas mil):		
Cama, mesa e banho	7,4	7,4
Utility bedding	11,0	10,8
Produtos intermediários	6,6	6,6
	-----	-----
	25,0	24,8
	=====	=====

A Companhia possui mais de 10.000 clientes ativos em 31 de março de 2018 e apenas um cliente concentra vendas de aproximadamente 10% das vendas líquidas.

25. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresenta a demonstração do resultado consolidado por função. A seguir apresenta as despesas por natureza e sua classificação por função.

Por natureza:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017
Custos das matérias primas, mercadorias e serviços adquiridos de terceiros	(343.183)	(298.297)
Benefícios a empregados	(112.125)	(108.473)
INSS	(10.536)	(10.340)
Depreciação e amortização	(18.161)	(18.442)
Variação dos estoques de produtos acabados e em processo	15.046	(18.164)
Variação cambial nos estoques de controlada no exterior	(1.412)	(3.085)
Outros	(23.792)	(23.767)
	-----	-----
Total por natureza	(494.163)	(480.568)
	=====	=====

Por função:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017
Custo dos produtos vendidos	(388.825)	(381.091)
Vendas	(68.161)	(66.254)
Gerais e administrativas	(34.237)	(31.262)
Honorários da administração	(2.940)	(1.961)
	-----	-----
Total por função	(494.163)	(480.568)
	=====	=====

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Segue, abaixo, a conciliação entre a receita bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017
RECEITA OPERACIONAL:		
Vendas brutas	631.819	632.198
Deduções das vendas	(102.959)	(115.997)
	-----	-----
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	528.860	516.201
	=====	=====

27. PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Prejuízo básico por ação foi calculado como segue:

	31.03.2018	31.03.2017
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(6.947)	(12.206)
Número médio ponderado das ações ordinárias:	50.000.000	50.000.000
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO (R\$):	(0,1389)	(0,2441)
	=====	=====

A Companhia não possui ações com potencial efeito dilutivo. Portanto, o prejuízo básico por ação é igual ao prejuízo diluído por ação.

* * * * *

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 29, §1º, II, da Instrução CVM 480/09, (conforme alterada pela Instrução CVM 586/17), segue declaração da diretoria sobre o parecer dos auditores independentes.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias referentes ao 1º trimestre de 2018, emitido nesta data, em atendimento ao inciso II do parágrafo 1º, do artigo 29 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 14 de maio de 2018.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Pedro Garcia Bastos Neto
Diretor de Assuntos Corporativos e
financeiro

Alessandra Eloy Gadelha
Diretora de Relações com Investidores

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF Nº 07.718.269/0001-57

NIRE 3130002243-9

Companhia Aberta

Nos termos do artigo 29, §1º, II, da Instrução CVM 480/09, (conforme alterada pela Instrução CVM 586/17), segue declaração da diretoria sobre as demonstrações financeiras.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Intermediárias da Companhia, referentes ao 1º trimestre de 2018, autorizando sua conclusão nesta data, em atendimento ao inciso II do parágrafo 1º, do artigo 29 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009.

São Paulo, 14 de maio de 2018.

SPRINGS GLOBAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Josué Christiano Gomes da Silva
Diretor Presidente

Pedro Garcia Bastos Neto
Diretor de Assuntos Corporativos e
financeiro

Alessandra Eloy Gadelha
Diretora de Relações com Investidores